

Igreja resiste à proposta de pagar imposto

A Cúria Metropolitana de São Paulo criticou com veemência o projeto de reforma tributária do Governo, que prevê o fim da isenção para entidades sem fins lucrativos, inclusive a Igreja.

O vigário coadjutor e assessor de imprensa da Cúria, padre Fernando Altemeyer, disse que a posição da Igreja é de espanto e se for consolidada, será uma medida "anti-Robin Hood".

"Pensávamos, todos das igrejas, que a reforma tributária faria justiça social tirando de quem tem para dar a quem não tem. É um engodo pensar que somos totalmente isentos de impostos", comentou o vigário.

Explicou que a Igreja é contribuinte dos municípios através de taxas convencionais. "Só temos isenção de imposto de renda e de expansão territorial, por causa das atividades filantrópicas que desenvolvemos".

Compromisso — Na visão do padre, o fim da isenção caracterizaria dupla tributação porque a população carente paga impostos e coopera nas quermesses e chás promovidos pela Igreja, com o objetivo de arrecadar verba "para fazer o que o Governo deveria fazer e não faz".

Segundo ele, a isenção concedida na Constituição de 1988 não significa qualquer privilégio, porque as associações religiosas gastam todo seu tempo ajudando os mais carentes.

Como o fim da isenção se trata de matéria constitucional, o padre Altemeyer alerta para o fato de que "o Governo não quer tocar nos oligopólios que são os verdadeiros sonegadores de impostos no Brasil".

Movimento — O vigário disse que a Igreja pode se levantar em defesa da população caso o projeto seja aprovado.

"Primeiro vamos verificar se não se trata de um balão de ensaio. Depois, se a medida for séria, vamos exercer pressão sobre o parlamento, e de toda a sociedade organizada, para mantermos a garantia de isenção", completou.